



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Histórico e Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários.

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

EDIÇÃO 02/2024

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Notícias.....	04
Jurisprudências.....	05
MPMT em Ação.....	07
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	11
Artigos.....	12



EQUIPE DO CAO URBE

Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador

Marcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça – Coordenador-Adjunto

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial

Edilaine Ribeiro Cardozo – Residente

NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAL

- Lei nº 14.849, DE 02/05/2024 - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para exigir análise de mobilidade urbana nos estudos prévios de impacto de vizinhança.
- Lei nº 14.944, de 31.7.2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).
- Decreto nº 12.041, DE 05/06/2024 - Institui o Programa Cidades Verdes Resilientes.
- Decreto nº 12.045, DE 05/06/2024 - Institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil.
- Decreto nº 12.040, DE 05/06/2024 - Altera o Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.
- Decreto nº 12.046, DE 05/06/2024 - Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

ESTADUAL

- Decreto nº 938, DE 01/07/2024 - Regulamenta a Lei nº 10.903, de 07 de junho de 2019 que "Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental" e dá outras providências.
- Lei nº 12.497, DE 25/04/2024 - Altera dispositivos da Lei Nº 7862/2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, a fim de promover a proteção e a valorização de mulheres que integram o fluxo organizado de resíduos sólidos.
- Lei nº 12.560, DE 24/06/2024 - Estabelece a obrigatoriedade da destinação adequada e implantação de logística reversa no Estado de Mato Grosso para recolhimento dos produtos que especifica e dá outras providências.

NOTÍCIAS

- Comissão aprova projeto que atualiza parâmetros de taxa ambiental de empresas
- Projeto torna obrigatório usar material biodegradável em folhetos de publicidade
- Senado aprova tarifa social de água e esgoto para famílias de baixa renda
- Produção mundial de lixo eletrônico é cinco vezes maior do que sua reciclagem, diz ONU
- Comissão aprova projeto que cria política de recuperação de cursos de água urbanos
- Lixões: Brasil quer liderar agenda ambiental, mas não cumpre seus compromissos
- Chorume de aterro não é esgoto – precisa de tratamento adequado
- Período de estiagem começa no Pantanal com chuvas abaixo da média
- Debatedores defendem reciclagem e aproveitamento energético de resíduos
- Pecas plásticas de estações de tratamento de água chegam até praias do Paraná, mostra registro inédito
- Ministra propõe que STJ presuma dano coletivo por desequilíbrio ambiental
- Centro Histórico de Cuiabá é tema de audiência pública da ALMT
- Saneamento: apenas 52,2% do esgoto gerado no Brasil é tratado
- Inovação tecnológica na produção de baterias de chumbo-ácido
- TJMT: Poder Judiciário assina termo de cooperação para interligação de esgoto em Cuiabá
- Comissão aprova projeto que cria censo específico para identificar déficit habitacional
- Saneamento Básico: Brasil tem apenas 42,5% dos municípios cadastrados no sistema de drenagem de águas pluviais
- CNM: Estudos de Impacto de Vizinhança Municipal terão de incluir análise da mobilidade urbana



JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- STF mantém decisão que declara inconstitucional lei que flexibiliza o licenciamento ambiental no Tocantins

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- STJ: Princípio da precaução a obrigação de proteger o meio ambiente mesmo quando o dano é incerto
- Desapropriação livra particular de arcar com restauração de bem histórico
- Indenização por esgoto lançado em rio não depende de prova da poluição

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- TRF4: Responsável por entulhos em área de preservação no Pontal da Barra, em Pelotas (RS), é condenado à reparação do dano
- TRF4: Liminar impede novas intervenções em área de preservação do Ribeirão da Ilha

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- TJSP: Perturbação do sossego gera dever de indenizar
- TJSP: Município de Guarujá indenizará família que teve casa destruída por deslizamento de terra
- TJSP: Proprietária deve remover janelas instaladas no limite com imóvel vizinho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

- TJPB: Crime ambiental Prefeito de Cajazeirinhas é condenado por manter lixão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MEDIDA CAUTELAR – LEI Nº 1.883/2022, DO MUNICÍPIO DE VILA RICA – LEGISLAÇÃO SOBRE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO – AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA CONFIGURADOS – MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – SANEAMENTO BÁSICO – DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA – POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO PELO JUDICIÁRIO – RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#)
- APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS – RISCOS AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA – NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO – OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL – DEVER DO ENTE PÚBLICO – GARANTIA DO SANEAMENTO BÁSICO – COMPROVADA A OMISSÃO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – ASTREINTES - AFASTAMENTO DA MULTA DIÁRIA – POSSIBILIDADE – SENTENÇA REFORMADA NO PONTO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- DIREITO AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. UTILIZAÇÃO DE “LIXÃO”. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. SENTENÇA DETERMINANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO. INEXEQUIBILIDADE DE PRAZOS. INOBSERÂNCIA DA RAZOABILIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA POR DESCUMPRIMENTO. INVIABILIDADE. PROIBIÇÃO DE USO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. INADMISSIBILIDADE. VALORES DESTINADOS NO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS. UTILIZAÇÃO DE VALORES, MEDIANTE SUPERVISÃO JUDICIAL. RECURSO PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME AMBIENTAL – SENTENÇA CONDENATÓRIA – ART. 54 DA LEI N. 9.605/98 – RECURSO MINISTERIAL – PRETENDIDA A CONDENAÇÃO DO APELADO – VIABILIDADE – POLUIÇÃO SONORA QUE SE ADÉQUA AO TIPO PENAL EM DISCUSSÃO – CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE AMPARADO NO AUTO DE INFRAÇÃO E DEPOIMENTO DO AGENTE MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, QUE REALIZARAM SUA PRISÃO EM FLAGRANTE – CONFIRMAÇÃO EM JUÍZO – AUSÊNCIA DE PERÍCIA – PRESCINDIBILIDADE DA PROVA PERICIAL – PRECEDENTES DO STJ – RECURSO PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT: PONTES E LACERDA TERÁ QUE REVISAR E ATUALIZAR PLANO DIRETOR

Ação Civil Pública ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça Cível de Pontes e Lacerda (a 448km de Cuiabá) foi julgada procedente para reconhecer a obrigação legal do Município de revisar e atualizar o plano diretor municipal.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MPMT: MP COBRA DE DISTRIBUIDORA SOLUÇÃO PARA FIAÇÃO SOLTA EM VIAS E PASSEIOS



O risco de acidentes envolvendo pedestres, ciclistas e motociclistas levou a 3ª Promotoria de Justiça Cível de Sorriso (município distante a 398 km de Cuiabá) a instaurar inquérito civil para cobrar da distribuidora de energia solução para fiação solta e exposta da rede de energia elétrica, telefonia e internet em vias públicas e passeios no município.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT CELEBRA ACORDO COM MUNICÍPIO PARA DESATIVAÇÃO DE LIXÃO

Com o objetivo de atender ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece agosto de 2024 como o prazo para encerramento de todos os lixões e aterros controlados do país, bem como de encerrar uma demanda que se arrasta há 15 anos, a Promotoria de Justiça de Brasnorte (a 579km de Cuiabá) celebrou judicialmente Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município, homologado na segunda-feira (10).

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MPMT RECOMENDA MEDIDAS PARA CONTER MAU CHEIRO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO



A 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Juína (a 735km de Cuiabá) recomendou ao Município a adoção de medidas ambientais de correção e de prevenção para fins de reduzir os impactos oriundos do funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), especialmente o mau cheiro exalado.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT ARTICULA AÇÕES PARA RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

Com o objetivo de traçar estratégias para a recuperação dos imóveis do Centro Histórico de Cuiabá, a 29ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá promoveu uma reunião, na sede das Promotorias de Justiça da Capital. Participaram das discussões representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU-MT), do Instituto Cidade Legal (ICL) e da Associação de Cultura Muxirum Cuiabano.

A ideia do Ministério Público é devolver o protagonismo ao Centro Histórico. “Pensamos em escolher alguns imóveis, que estejam de posse do poder público, para articularmos a restauração em parceria com empresas privadas e fundações. Após a recuperação, promovermos a ocupações desses espaços com vida, com a possibilidade de transformá-los em um centro cultural ou um museu, por exemplo”, explicou o promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva, que também coordena o Centro de Apoio Operacional (CAO) do Patrimônio Histórico e Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PELO TJMT: GARANTIA DE POSSE PARA MORADORES DE BAIXA RENDA EM OCUPAÇÕES URBANAS

O TJMT aplica instituto da desapropriação judicial para garantir a posse de moradores de baixa renda em ocupação urbana, em processo de reintegração de posse, mediante provocação do MPMT.

[CLIQUE AQUI PARA LER A SENTENÇA NA ÍNTEGRA.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

APENAS 52% DOS MUNICÍPIOS DESTINAM CORRETAMENTE O LIXO, AFIRMA PROMOTOR

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010), que entrou em vigor em 2 de agosto deste ano, estabeleceu um marco importante ao determinar que o Brasil não deveria mais ter lixões. No entanto, a realidade em Mato Grosso revela uma situação preocupante, com a persistência de lixões a céu aberto. Os desafios da gestão dos resíduos sólidos foram abordados pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Histórico e Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários (CAO Urbe), promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva, entrevistado pela Rádio CBN Cuiabá.

Conforme explicou o promotor de Justiça, o Ministério Público de Mato Grosso tem adotado uma postura ativa para enfrentar esse problema. A atuação envolve a imposição de prazos rigorosos para a desativação dos lixões e a exigência de que os resíduos sejam encaminhados a aterros sanitários licenciados, além da implementação de práticas corretas de gerenciamento de resíduos. (...)

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



Para saber mais, [confira aqui](#) a entrevista completa com o promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva.

NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPF PARTICIPA DE REUNIÃO PARA DEBATER CONFLITOS AGRÁRIOS E VIOLÊNCIA NO CAMPO EM MATO GROSSO

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso (MT) participou de uma das atividades promovidas pela Comissão Nacional de Enfrentamento a Violência no Campo (CNECV) e pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) durante programação que durou três dias.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMG: AÇÃO PROPOSTA PELO MPMG VISA A RECUPERAÇÃO DE CASARÃO HISTÓRICO EM JANUÁRIA, NO NORTE DE MG

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) obteve na Justiça uma decisão visando a recuperação e preservação de um casarão histórico, com cerca de 100 anos, localizado na Praça Santa Cruz, 475, esquina com a Rua Mata Machado. O imóvel foi construído para abrigar uma escola pública e na década de 1980 foi alugado pelo Estado de Minas Gerais, sendo utilizado como quartel.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPPR: ATENDENDO RECURSO DO MPPR, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECIDE QUE MUNICÍPIO DE LONDRINA DEVE CONTRATAR COOPERATIVAS PARA TODAS AS ETAPAS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS

Atendendo recurso do Ministério Público do Paraná em ação civil pública relacionada ao trabalho das cooperativas de reciclagem de resíduos em Londrina, no Norte Central do estado, o Tribunal de Justiça do Paraná determinou que é obrigação do Município fazer a contratação das cooperativas para a realização de todas as etapas do trabalho de reciclagem.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

APÓS RECOMENDAÇÃO DO MPF, IPHAN VAI VISTORiar NOVO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA, EM MATO GROSSO

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que adote medidas urgentes para realizar vistoria e o cadastramento de sítio arqueológico localizado às margens do Rio Araguaia, no município de Torixoréu, sudoeste de Mato Grosso. Em ofício enviado ao MPF, o Iphan já confirmou que vai acatar a recomendação, indicando as providências tomadas para realizar a vistoria no abrigo rupestre.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

ARTIGOS



- Como melhorar a segurança das cidades através do urbanismo
- Caminhos jurídicos e institucionais para o fomento da reciclagem no Brasil
- Quais deveriam ser as prioridades para o urbanismo brasileiro?
- Urbanização inteligente: o uso do solo como solução para a crise climática
- Tragédias climáticas, proteção ambiental e responsabilidades



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Ponte Sergio Motta - Cuiabá/Várzea Grande-MT